

PLANO DIRETOR MUNICIPAL

REVISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE PAIVA



município
**Vila Nova
de paiva**
Capital Ecológica

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RESUMO NÃO TÉCNICO

MARÇO DE 2026

Ficha Técnica do Documento

Título:	Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva
Descrição:	O documento sumariza e traduz o conteúdo do Resumo Não Técnico da AAE da Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Paiva, tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados.
Data de produção:	12 de novembro de 2024
Data da última atualização:	23 de março de 2026
Versão:	Versão 02
Desenvolvimento e produção:	Planum, Assessorias e Projetos Lda
Equipa:	Ricardo Almendra Coordenador Célia Mendes Geógrafa - Gestora do Projeto Helena Corrêa Engenheira Agrónoma
Código de documento:	041
Estado do documento	Para abertura da discussão pública
Código do Projeto:	081182201
Nome do ficheiro digital:	1822_rpdm_aae_rnt_v02

ÍNDICE

1.	O Que é um Resumo Não Técnico?	5
2.	O que é a Avaliação Ambiental Estratégica?	6
2.1.	Qual a Metodologia Utilizada?	6
3.	O que é o Relatório Ambiental e a Declaração Ambiental?	9
4.	Qual é o Objetivo de Avaliação da AAE?	11
5.	Quais foram os Fatores Críticos para a Decisão do PDM de Vila Nova de Paiva?	13
6.	Quadro de Referência Estratégico	15
7.	Fatores Críticos para a Decisão e Análise de Tendências	17
7.1.	FCD Recursos Naturais	17
7.1.1.	Situação Atual	17
7.1.2.	Tendência de Evolução sem Revisão do PDM	19
7.2.	FCD Coesão Territorial	20
7.2.1.	Situação Atual	20
7.2.2.	Tendência de Evolução sem Revisão do PDM	22
7.3.	FCD Geração de Valor e Identidade Local	24
7.3.1.	Situação Atual	24
7.3.2.	Tendência de Evolução sem Revisão do PDM	25
7.4.	FCD Riscos	26
7.4.1.	Situação Atual	26
7.4.2.	Tendência de Evolução sem Revisão do PDM	28
8.	Quais as Principais Oportunidades e Riscos a um Desenvolvimento Sustentável?	29
9.	Quais as Recomendações devem ser Seguidas?	31
10.	Quais são os Principais Indicadores de monitorização?	33
11.	Quais as Principais Conclusões?	37

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Processo de Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva	8
--	---

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 Definição dos FCD e seus objetivos de sustentabilidade	13
Quadro 2 Quadro de referência estratégico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.....	15
Quadro 3 Questões-chave do FCD Recursos Naturais.....	17
Quadro 4 Síntese de tendência de evolução do FCD Recursos Naturais da AAE da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva	20
Quadro 5 Questões-chave do FCD Coesão Territorial.....	20
Quadro 6 Síntese de tendência de evolução do FCD Coesão Territorial da AAE da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva	23
Quadro 7 Questões-chave do FCD Geração de Valor e Identidade Local.....	24
Quadro 8 Síntese de tendência de evolução do FCD Geração de Valor e Identidade Local da AAE da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva	26
Quadro 9 Questões-chave do FCD Riscos	26
Quadro 10 Síntese de tendência de evolução do FCD Riscos da AAE da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva	28
Quadro 11 Síntese dos principais efeitos positivos e negativos, por FCD.....	29
Quadro 12 Indicadores de seguimento e monitorização ambiental da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva	34

1. O QUE É UM RESUMO NÃO TÉCNICO?

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico (RNT) do Relatório Ambiental (RA) da 1.^a revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Nova de Paiva, e vem dar cumprimento ao estabelecido no Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica (RJAAE), na alínea i) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, que estabelece que o RA deve ser acompanhado por um RNT.

O RNT é um documento que integra a AAE, mas que é editado de forma autónoma. Enquanto elemento da AAE, pretende-se que o RNT deve sumarizar e traduzir, em linguagem não técnica, o conteúdo do RA, tornando este documento mais acessível a um grupo mais alargado de interessados, o qual apresenta as principais informações contantes no RA, nomeadamente:

- Os principais objetivos da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva e suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, nacional ou comunitário que sejam pertinentes para a 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva e a forma como estes objetivos foram tidos em consideração;
- As características ambientais das zonas mais suscetíveis de serem significativamente afetadas;
- A identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultante da aplicação da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva;
- As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar os efeitos adversos significativos no ambiente resultante da aplicação da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.

Deste modo, o RNT é uma peça fundamental no processo de participação do público, contudo para o total esclarecimento ou aprofundamento de qualquer matéria nele contida, sugere-se a consulta direta do RA da AAE.

2. O QUE É A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A AAE pode ser entendida, nos termos da alínea a) do artigo 2.º do RJAAE, como a *“identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa”*.

A elaboração da presente AAE enquadra-se no disposto pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, em redação atual, sendo aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo n.º 1 do artigo 3.º do diploma mencionado. Neste contexto, a AAE constitui-se como um instrumento estratégico para a sustentabilidade, cuja abrangência se encontra refletida nos artigos 2.º e 3.º do RJAAE, e cuja aplicação ao caso específico dos Planos Diretores Municipais (PDM) é enquadrada pelo facto de estes constituírem-se como Planos Municipais de Ordenamento de Território (PMOT), com potenciais efeitos ambientais, sendo por isso fundamental uma adequada articulação e integração entre o processo de AAE e o processo de concretização do próprio Plano, em harmonia com o conceito segundo o qual os processos de AAE foram legalmente concebidos.

No caso particular, da AAE da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva tem como objetivo reforçar a integração das questões ambientais, sociais e económicas na estratégia do plano, potenciando os impactos positivos e minimizando os negativos, através da definição de recomendações e estabelecer medidas de monitorização ambiental, que permitam aferir e ajustar os efeitos resultantes da implementação deste plano.

A AAE vem, assim, incorporar a lógica de responsabilização, participação e transparência que determina que processos contínuos como os planos diretores municipais, que apresentam ciclos de decisão próprios e legalmente contextualizados, possam ser eficazmente elaborados, implementados e monitorizados. Nesse quadro, a metodologia proposta para a presente AAE pretende concretizar uma abordagem estratégica, com respeito integral pelas orientações emanadas da legislação em vigor e estruturada de acordo com as dimensões desenvolvidas e referenciadas pela bibliografia especializada: técnica, de processo, institucional e de comunicação.

2.1. QUAL A METODOLOGIA UTILIZADA?

Na Figura 1 apresenta-se o esquema metodológico global com as fases propostas para a AAE da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, assim como sua integração com as componentes do processo de planeamento. Para o processo da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva foram estabelecidas quatro etapas, que asseguram a incorporação de uma programação articulada com o processo de elaboração do plano.

Na Etapa A “Definição de Âmbito” foi elaborado o Relatório de Definição de Âmbito (RDA), em que incidiu na definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica que permitam definir o âmbito da avaliação a realizar.

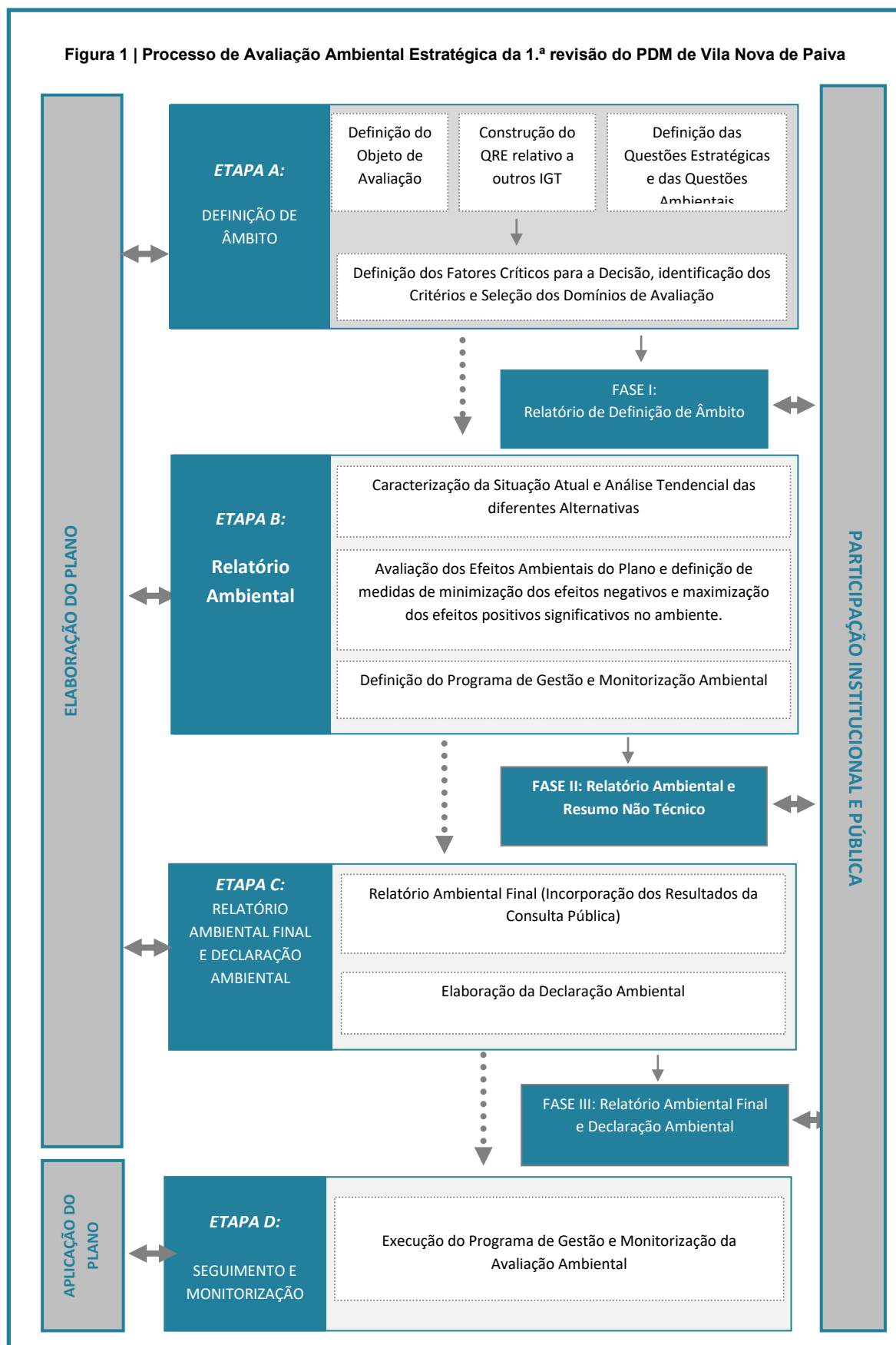
Na Etapa B “Relatório Ambiental e Resumo Não Técnico”, presente fase, consiste em elaborar o RA (acompanhado pelo RNT), o qual concentrará um conjunto de atividades que materializam o processo da AAE da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, incluindo: a avaliação da situação existente e as tendências de evolução na ausência da implementação plano, a identificação de alternativas de desenvolvimento, a avaliação das opções estratégicas preconizadas no plano em termos das oportunidades e riscos para a sustentabilidade, e

a elaboração de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.

Na Etapa C “Relatório Ambiental Final e Declaração Ambiental” consiste na elaboração da versão final do Relatório Ambiental em conformidade com a proposta final da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. A Declaração Ambiental (DA) é elaborada na fase posterior à aprovação da proposta do plano e a sua publicação em Diário da República, o qual será enviada à Agência Portuguesa do Ambiente e às demais entidades consultadas. Na DA deve identificar as razões que fundamentaram a aprovação do plano e as medidas de controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrente da aplicação da execução do plano revisto.

Etapa D “Seguimento e Monitorização” cumpre-se e executa-se o programa de monitorização que deverá acompanhar a concretização do plano. Deste modo, nesta etapa pretende-se complementar o plano, no sentido de otimizar o processo global de acompanhamento com a potencialização dos efeitos positivos.

Figura 1 | Processo de Avaliação Ambiental Estratégica da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva



3. O QUE É O RELATÓRIO AMBIENTAL E A DECLARAÇÃO AMBIENTAL?

O RA apresenta os principais estudos e conclusões do processo da AAE decorrido ao longo do processo da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. Neste documento é identificada a situação existente e das tendências de evolução na ausência da elaboração da 1.^a revisão do PDM, seguido da identificação dos efeitos ou impactos esperados com aplicação do plano, através da avaliação das medidas e ações preconizadas pelo plano. De modo complementar, estabeleceram-se diretrizes de governança e seguimento para assegurar a gestão e monitorização estratégica da implementação da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.

A elaboração do RA tem em consideração as exigências legais estabelecidas pelo n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, segundo o qual devem constar os seguintes elementos:

- a) Uma descrição geral do conteúdo, dos principais objetivos do plano ou programa e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;*
- b) As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o plano ou programa;*
- c) Os problemas ambientais pertinentes para o plano ou programa, incluindo, em particular, os relacionados com todas as zonas de especial importância ambiental, designadamente as abrangidas pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro;*
- d) Os objetivos de proteção ambiental estabelecidos a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano ou programa e a forma como estes objetivos e todas as outras considerações ambientais foram tomadas em consideração durante a sua preparação;*
- e) Os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do plano ou do programa, incluindo os efeitos secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos, considerando questões como a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;*
- f) As medidas destinadas a prevenir, reduzir e, tanto quanto possível, eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano ou programa;*
- g) Um resumo das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;*
- h) Uma descrição das medidas de controlo previstas em conformidade com o disposto no artigo 11.º."*

Importa destacar, que o RA é elaborado considerando os resultados das consultas institucionais efetuadas as entidades estabelecidas legalmente para o efeito e ao público em geral.

Após a aprovação da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, será elaborada a Declaração Ambiental (DA), nos termos do artigo 10.º na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio. Uma vez finalizado o processo, o plano e a Declaração Ambiental serão enviados à Agência Portuguesa do Ambiente e às entidades consultadas neste processo.

A Declaração Ambiental, destina-se a informar o público, e as autoridades consultadas, sobre a forma como as considerações ambientais foram retratadas na proposta da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. Deste modo na Declaração Ambiental será identificada a forma como as considerações ambientais do RA foram integradas na versão final do plano, referindo as observações apresentadas pelas entidades e pela consulta pública e os resultados da respetiva ponderação. Deve ficar explícita a forma como as observações foram integradas no processo ou, caso não se tenha procedido à sua integração, ser apresentada a respetiva justificação.

A Declaração Ambiental será disponibilizada ao público pela Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva através da sua página de internet (<https://www.cm-vnpaiva.pt/>), podendo ser igualmente disponibilizada na página de internet da APA (<https://apambiente.pt/>).

4. QUAL É O OBJETIVO DE AVALIAÇÃO DA AAE?

O objeto desta AAE é a proposta da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva que é desenvolvida e materializada na respetiva estratégia, modelo de ordenamento e regulamento. A avaliação terá especial enfoque na análise do grau de sustentabilidade do seu quadro de referência relativamente às opções e objetivos a alcançar no que se refere à programação e concretização das políticas públicas com incidência no território de Vila Nova de Paiva.

O PDM de Vila Nova de Paiva é o principal instrumento de gestão e ordenamento do território concelhio tendo sido ratificado através da publicação da Resolução de Conselho de Ministros n.º 13/94, de 15 de março. Desde a sua publicação, o PDM em vigor de Vila Nova de Paiva sofreu algumas alterações resultantes de uma dinâmica natural do processo de planeamento relacionada com a evolução do concelho, sendo as seguintes:

- 1.^a Alteração (Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2005, de 5 de janeiro) - procedeu à atualização da rede rodoviária regional, à identificação de áreas percorridas por incêndios, à alteração das regras relativas a instalações de carácter agrícola, à redução da área mínima da parcela para instalações pecuárias, ao acréscimo de área máxima de construção nos espaços agrícolas e florestais, à alteração de índices de utilização máxima nas zonas residenciais R1 e R2 do espaço urbano n.º 1 (Vila Nova de Paiva) e do espaço urbano n.º 2 (outros aglomerados), e à previsão de regras para os aglomerados não cartografados;
- 2.^a Alteração (Aviso n.º 276/2009, de 6 de janeiro) – por adaptação ao Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro, que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial;
- 3.^a Alteração (Aviso n.º 11595/2011, de 25 de maio) – por adaptação ao Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, que estabelece o novo regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional (RAN).

O concelho assumiu como uma ação prioritária a elaboração da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva pelo facto de nos últimos anos terem entrado em vigor várias alterações legislativas que enquadram este IGT, nomeadamente a Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos Ordenamento do Território e de Urbanismo, a revisão do RJIGT e a publicação do Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto. Para além destas, há ainda a realçar a aprovação e entrada em vigor de um conjunto de IGT de âmbito nacional e regional com incidência no ordenamento municipal do concelho.

A 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva define como eixos estratégicos de desenvolvimento do concelho (n.º 2 do Artigo 6.º da proposta do Regulamento da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva):

- a) *“Consolidação e qualificação do sistema urbano;*
- b) *Valorização e promoção dos valores culturais, patrimoniais, naturais e paisagísticos, como elementos identitários do concelho;*
- c) *Desenvolvimento de uma economia sustentada nos recursos endógenos.”*

Ainda, a 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva pretende dar resposta aos desafios de se obter um desenvolvimento sustentável no concelho, tendo como grande relevância a temática das alterações climáticas,

em especial atenção nas zonas ameaçadas por cheias e inundações e com risco de erosão, sendo os modelos de ocupação do território importantes para o estabelecimento de medidas de mitigação e adaptação; por outro lado, para a promoção da qualidade de vida das populações será fundamental que o sistema urbano dê resposta a preocupações de ordem ambiental, tais como: mitigação das emissões de gases com efeito de estufa, o conforto bioclimático, a eficiência energética, o uso eficiente da água, a preservação da biodiversidade, entre outros, enquanto aspetos básicos que afetam a qualidade de vida dos cidadãos no contexto urbano numa lógica de crescimento sustentável.

5. QUAIS FORAM OS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO DO PDM DE VILA NOVA DE PAIVA?

Os FCD correspondem aos temas chaves estruturante da AAE e procuram, apontar aspetos críticos da situação existente e tendencial, relevantes e de destaque para o processo de desenvolvimento e sua sustentabilidade. Os FCD considerados são aqueles que podem causar eventuais efeitos significativos (positivos/negativos) resultantes da aplicação do Plano e sobre os quais a AAE se deve debruçar e que garantem o tratamento das questões ambientais exigidas na legislação.

Quadro 1 | Definição dos FCD e seus objetivos de sustentabilidade

QE	FA	FCD	Objetivos de sustentabilidade
Proteção e valorização ambiental e paisagística	Biodiversidade, fauna e flora; Solo; Água; Fatores climáticos; Atmosfera; População; Paisagem; Saúde humana	FCD 1 Recursos Naturais	Potenciar os valores associados à paisagem e ao património natural, valorizando-os e promovendo-os enquanto elementos potenciadores do desenvolvimento sustentável do concelho.
Promoção da coesão territorial Melhoria da acessibilidade e mobilidade Promover a reabilitação e a regeneração urbana	População; Economia: Bens materiais; Saúde humana; Solo; Água; Atmosfera	FCD 2 Coesão Territorial	Estabelecer um modelo territorial equilibrado e uma correta ocupação do solo, assim como garantir equidade na acessibilidade a equipamentos e serviços de proximidade, de forma a potenciar a fixação e melhoria da qualidade de vida da população.
Reforço da competitividade e promoção do desenvolvimento económico Promoção da coesão territorial Proteção e valorização ambiental e paisagística Proteção e valorização do Património Cultural	População; Economia; Saúde humana; Bens materiais; Património cultural e paisagem	FCD 3 Geração de Valor e Identidade Local	Consolidar e reforçar a base económica do concelho, através do aumento da capacidade atrativa de novos investimentos e iniciativas, ao mesmo tempo que se fomenta a criação de emprego. Potenciar a atratividade de novos investimentos e iniciativas turísticas, de forma a aumentar a capacidade instalada, infraestruturas e equipamentos de apoio e divulgação turística. Preservar e valorizar os recursos patrimoniais, enquanto elementos importantes para preservar a identidade local.

QE	FA	FCD	Objetivos de sustentabilidade
<p>Adaptação do território para os desafios das alterações climáticas</p> <p>Promoção da coesão territorial</p>	<p>Biodiversidade, fauna e flora; Solo; Água; Fatores climáticos; Atmosfera; População;</p> <p>Património cultural e paisagem; Saúde humana; Bens materiais; Economia</p>	<p>FCD 4 Riscos</p>	<p>Previr e minimizar os potenciais riscos naturais, mistos e tecnológicos.</p> <p>Assegurar uma trajetória sustentável de redução das emissões de gases de efeito de estufa.</p> <p>Contribuir para a adaptação às alterações climáticas.</p>

6. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) apresenta as políticas, planos e programas nacionais, regionais e locais pertinentes para a avaliação. Pretende-se identificar as potenciais sinergias e/ou conflitos com o PDM de Vila Nova de Paiva, sendo verificada a coerência entre os objetivos de ambiente e sustentabilidade estabelecidos nesses documentos estratégicos de referência e os objetivos da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva. Nesta análise é particularmente importante enquadrar estas orientações estratégicas na especificidade do concelho.

Quadro 2 | Quadro de referência estratégico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva

Âmbito	Instrumentos de Ordenamento do Território
Nacional	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)
	Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000)
	Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030)
	Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT)
	Programa Nacional de Ação do Plano Nacional para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNA PNGIFR)
	Plano Nacional de Emergência e Proteção Civil (PNEPC)
	Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
	Estratégia Nacional para as Florestas 2014-2020 (ENF)
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB 2030)
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)
	Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)
	Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC2050)
	Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)
	Plano Nacional da Água (PNA)
	Programa Nacional para o Uso Eficiente de Água 2012-2020 (PNUEA)
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2030)

Âmbito	Instrumentos de Ordenamento do Território
	Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030)
	Plano de Gestão de Região Hidrográfica do Douro (PGRH-RH3)
	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Vouga, Mondego e Lis (PGRH-RH4A)
	Estratégia para o Turismo 2027
Regional	Programa Regional do Ordenamento do Território do Centro (PROT-C)
	Programa Operacional Regional do Centro (Centro 2030)
	Visão Estratégica para o Centro 20/30
	Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL)
	Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas Viseu Dão Lafões (PIAAC-VDL)
	Plano Distrital de Emergência de Proteção Civil (PDEPC) de Viseu
Municipal	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)
	Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC)
	Plano Municipal de Ação Climática (PMAC)

7. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

7.1. FCD RECURSOS NATURAIS

7.1.1. Situação Atual

No quadro abaixo são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD Recursos Naturais.

Quadro 3 | Questões-chave do FCD | Recursos Naturais

Critério	Questões-Chave
Valores Naturais	<ul style="list-style-type: none">▪ O concelho de Vila Nova de Paiva tem seu património natural relacionado com a Rede Natura 2000, particularmente pela presença da Zona Especial de Conservação (ZEC) PTCON0059 – Rio Paiva, classificado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 de 21 de julho e conforme o Decreto Regulamentar n.º 1/2020, de 16 de março.▪ A ZEC PTCON0059 – Rio Paiva em Vila Nova de Paiva abrange uma área de cerca de 1.912ha, o que corresponde a 11% do território municipal e 13% da ZEC. Presença de habitats naturais e seminaturais prioritários.▪ Ameaça aos habitats provém da implantação de espécies exóticas (ex.: como as acácias e eucaliptos) e da exploração excessiva de monoculturas; implantação de empreendimentos hidrelétricos; de casos pontuais de extração e lavagem de inertes, fogos, raids todo-o-terreno; construção de açudes; de construções clandestinas.▪ Sobre a ocupação do solo na área com Rede Natura 2000, verifica-se ser ocupada maioritariamente por “Florestas” (69,3%), seguido de “Matos” (17,1%), “Agricultura” (9,6%), “Territórios Artificializados” (3,8%) e por fim, áreas de pastagens (0,2%). Constatou-se que nas áreas de florestas, 61,9% da ocupação era de florestas de pinheiro bravo (815,30 ha), seguido de 25,1% de florestas de outras folhosas (330,39 ha). No caso das áreas agrícolas, 73,1% da ocupação era por culturas temporárias de sequeiro e regadio (134,0 ha). Já nos territórios artificiais, o qual representa uma área total ocupada de 71,55 ha na ZEC do Rio Paiva no concelho de Vila Nova de Paiva, apresentando 22,0% da área ocupada por indústria (15,74 ha).▪ Importa destacar que a atual composição vegetal do território encontra-se relacionada com a ocupação humana e com os diversos incêndios que afetaram o território, implicando o estabelecimento de usos que se adaptassem às novas exigências (Análise e Diagnóstico – Volume I, 2004 e Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025).▪ Em termos de Reserva Ecológica Nacional (REN), abrange uma área de 4.160,3ha, correspondendo a cerca de 23,7% da área total do concelho.▪ Referente a Reserva Agrícola Nacional (RAN), corresponde a 2.708,60 ha, ou seja, 15,4% da área total do concelho. De acordo com a COS 2018, a área ocupada pela área agrícola no concelho de Vila Nova de Paiva, corresponde a 7,4% relativamente à área delimitada como RAN.▪ Em relação à Estrutura Ecológica Municipal (EEM), não se encontra contemplada no PDM em vigor.▪ Em termos dos recursos hídricos do concelho de Vila Nova de Paiva, possui uma rede hidrográfica ramificada, inserindo-se na bacia hidrográfica do Douro e na bacia hidrográfica do Vouga. Outros cursos de água importantes são o rio Mau, o rio Covo e a ribeira da Lapa.

Critério	Questões-Chave
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 50% das massas de águas superficiais apresentam estado global “inferior a bom” e 50% estado global “bom e superior”. ▪ No que concerne aos recursos geológicos no concelho de Vila Nova de Paiva, regista-se um conjunto de ocorrências minerais (Estanho (Sn), Quartzo (SiO₂), Feldspato e Tungsténio (W)), identificadas no sul do concelho, na freguesia de Queiriga, e no sector oeste do concelho, na freguesia de Vila Cova à Coelheira. ▪ Destaca-se que a exploração mineira assumiu expressiva relevância no concelho de Vila Nova de Paiva, sendo que a recuperação ambiental destes espaços foi descurada ao longo dos anos. Porém, atualmente, a recuperação ambiental das áreas mineiras assume elevada relevância, com o intuito de contrariar os impactes relacionados com o solo e sedimentos, com o meio hídrico e com a qualidade do ar. Desta forma, a área mineira de Lagares – Rebentão, na freguesia de Queiriga, foi sujeita ao processo de recuperação ambiental que se encontra concluído.
Recursos Florestais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De acordo com a Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018 (COS2018), o concelho de Vila Nova de Paiva é ocupado maioritariamente por florestas e matos, abrangendo uma área de 1.316,25 ha e 325,36 ha, respetivamente, correspondendo a um total de 64,4% da área total do concelho. ▪ Relativamente à distribuição espacial do uso florestal, as florestas situam-se principalmente no sudoeste do concelho, entre o rio Paiva e o rio Vouga, já no sector norte, existem extensas áreas contínuas de matos, que ocupam apenas 17,1% do concelho de Vila Nova de Paiva. ▪ Relativamente à ocupação florestal, constata-se o predomínio das manchas de florestas de pinheiro bravo (61,9% da área florestal), seguido das florestas de outras folhosas (25,1% da área florestal) e florestas de outros carvalhos (10,9% da área florestal). ▪ Em termos de continuidade das manchas florestais, verifica-se a existência de extensões com elevada continuidade (povoamentos com áreas superiores a 25 ha – área mínima para a elaboração de PGF (Plano de Gestão Florestal), sendo motivo de atenção, devido ao risco que representam em termos de continuidade dos incêndios, aumentando assim a probabilidade de ocorrência de incêndios em maior extensão de área (PMDFCI de Vila Nova de Paiva 2022-2031). ▪ Em termos de Regime Florestal Parcial, o concelho de Vila Nova de Paiva é abrangido pelos seguintes Perímetros Florestais, nomeadamente, Perímetro Florestal da Serra de Leomil (área de 3.659ha) e Perímetro Florestal de São Miguel e São Lourenço (área de 798ha). ▪ Ainda ao nível dos instrumentos de gestão florestal, o concelho de Vila Nova de Paiva tem prevista a constituição de uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF), a ZIF 390/18 – Vila Nova de Paiva, Alhais, Fráguas e Queiriga, com uma área total de 6.915ha, dos quais 83 ha estão ocupados por espaços florestais, abrangendo as freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas; e de Queiriga. ▪ Diante da necessidade de aumentar a resiliência do território aos incêndios rurais, através do PMDFCI de Vila Nova de Paiva foram adotadas medidas estratégicas constituídas pela rede secundária e terciária de faixas de gestão de combustível - FGC e mosaico de parcelas de gestão de combustíveis (para permitir um eficaz combate aos incêndios e reduzir os impactos negativos dos mesmos), a rede viária florestal - RVF (que permite uma rápida intervenção dos meios de combate nas zonas afetadas) e a rede de pontos de água - RPA (que facilitam o reabastecimento de meios de combate a incêndios florestais).
Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O concelho de Vila Nova de Paiva abrange uma unidade de paisagem, F – Beira Alta, e dentro deste encontram-se duas unidades de paisagem, nomeadamente: UP 42 – Alto Paiva e UP 43 – Serras de Leomil e Lapa. ▪ A UP do Alto Paiva e Vouga encontra-se associada aos troços iniciais dos rios Paiva e Vouga, caracterizando-se por uma sucessão de longas encostas, com declive moderado a

Critério	Questões-Chave
	<p>acentuado, vales fundos e por vezes encaixados, onde predomina um verde escuro, frondoso e repleto de água.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ A UP das Serras de Leomil e Lapa abrange duas serras que apresentam traços comuns, características serranas relativamente atenuadas, apresentam formas não muito vigorosas, sendo no geral arredondadas e sem cortes abruptos, características de relevos graníticos antigos. ▪ O concelho de Vila Nova de Paiva possui diversos valores naturais significativos, com destaque para a serra da Nave, o qual este património natural situado no extremo norte do concelho. ▪ Outro património natural localizado no limite do concelho de Vila Nova de Paiva com o concelho de Castro Daire, ergue-se um nomeado de "Mourisca", sendo o ponto mais alto do concelho com 1.037m. ▪ Para além do rio Paiva, o concelho de Vila Nova de Paiva é ainda atravessado por dois cursos de água que constituem importantes patrimónios naturais: o rio Vouga e o rio Côvo. ▪ A paisagem do concelho de Vila Nova de Paiva e a multiplicidade de valores naturais são capazes de proporcionar aos turistas experiências de grande valor simbólico e a possibilidade de interagir e usufruir da natureza, através de espaços de lazer com curso de água e prática de atividades de desporto ao ar livre. ▪ O Parque Botânico Arbutus do Demo, situado junto da EN 323 entre Vila Nova de Paiva e Cota (concelho de Viseu), constitui uma área verde, onde encontra-se instalado no antigo Viveiro Florestal de Queiriga.

7.1.2. Tendência de Evolução sem Revisão do PDM

Sem a implementação do presente plano espera-se que o Plano Setorial da Rede Natura 2000 e outras diretrizes regulamentares para a proteção de áreas florestais como Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), sejam as diretrizes utilizadas pelo território para as áreas sensíveis e áreas florestais com suscetibilidade de incêndios rurais.

No que respeita aos recursos hídricos, é importante a intervenção no território através de um conjunto de medidas de recuperação que permitam complementar e articuladamente com as medidas previstas nos PGRH atingir o estado bom ou superior das massas de água superficiais, em especial da categoria rios. A 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva pode, através quer do programa de medidas, quer da sua regulamentação e modelo de ordenamento, nomeadamente com os corredores ecológicos e renaturalização de áreas, contribuir para essa reabilitação desses recursos.

Considera-se que a ausência de projetos locais integrados e continuados com as atuais políticas e intervenções de proteção e gestão de âmbito da administração municipal e/ou regional e de outros projetos de conservação, que prevejam a recuperação de espécies alvo e/ou dos próprios habitats, facilitará a degradação gradual, o que favorecerá a redução da conectividade entre as diversas áreas naturais presentes.

Já no que se refere à componente paisagística prevê-se que na ausência da implementação da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, e com a continuidade da situação atual, ocorra o aumento da continuidade das áreas de monocultura de pinheiros bravos e a introdução de elementos dissonantes que promovam a

descaracterização da paisagem, como a extensão das florestas de Eucalipto, abandono das áreas e o possível aumento da pressão urbanística.

Quadro 4 | Síntese de tendência de evolução do FCD Recursos Naturais da AAE da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva

Critérios	Situação Atual	Evolução	
		Sem a Revisão PDM	Com a Revisão PDM
Valores Naturais		0	+
Recursos Florestais		0	+
Paisagem		0	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- Negativa	0 Sem Alteração Significativa	+ Positiva

7.2. FCD COESÃO TERRITORIAL

7.2.1. Situação Atual

No quadro abaixo são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD Coesão Territorial.

Quadro 5 | Questões-chave do FCD | Coesão Territorial

Critério	Questões-Chave
Ocupação do Solo	<ul style="list-style-type: none"> Nos últimos anos, tem-se assistido a um decréscimo do número de habitantes em Vila Nova de Paiva. Em 2021, residiam no concelho 4.662 indivíduos, sendo que em 2011 esse valor era de 5.176 indivíduos, o que representa uma diminuição significativa de 9,9% (diferença de 514 indivíduos). De acordo com os últimos Censos, a população residente do concelho está maioritariamente concentrada na freguesia sede do concelho (Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas) com 1.887 indivíduos em 2021, seguido da freguesia de Vila Cova à Coalheira com 940 indivíduos, freguesia limítrofe da sede do concelho. Em termos de grupo etário, o concelho de Vila Nova de Paiva evidencia uma tendência de envelhecimento populacional no concelho, apresentando um aumento do número de residentes com mais de 55 anos e um decréscimo considerável nas classes etárias mais jovens, o que implica em maiores atenções aos planeamentos municipais. Em termos de estrutura urbana, o concelho de Vila Nova de Paiva possui duas vilas: Vila Nova de Paiva (situada na freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas), e Vila Cova à Coalheira (na freguesia de mesmo nome). A freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e

Critério	Questões-Chave
	<p>Fráguas (sede do concelho) concentra na sua malha urbana os principais equipamentos e serviços do concelho, para além do loteamento industrial de Vale de Forno, conferindo-lhe a classificação de centro urbano complementar no subsistema urbano de Viseu/Dão-Lafões e Planalto Beirão, pelo PROT-C (Estudos de Caracterização e Diagnóstico da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025).</p> <ul style="list-style-type: none"> Os espaços urbanos definidos pelo PDM em vigor, tratam-se de áreas onde o solo natural já se encontrava transformado através de urbanização e edificações de várias tipologias e usos, ainda que genericamente servidos por infraestruturas urbanas (acessos, rede elétrica, sistema público de abastecimento de água, sistemas completos de saneamento e sistemas de depuração). Em termos de parque habitacional, e de acordo com os dados definitivos dos Censos 2021, Vila Nova de Paiva possui 4.375 edifícios, o que representa uma subida significativa (5,4%) face aos valores de 2011. Em termos de distribuição territorial, verifica-se que as freguesias que apresentaram maiores acréscimos de edificados entre os anos intercensitários foram Pendilhe (13,0%), Queiriga (6,2%) e Touro (4,6%), o que demonstra uma descentralização do edificado na sede do concelho, o qual apresenta o maior número de edifícios com 1.501 edifícios em 2021. O concelho apresenta um padrão de povoamento disperso, relacionado diretamente com a malha viária pré-existente. Quanto ao número de edifícios licenciados por tipo de obra, verifica-se que em 2011 e 2023 predominaram as construções novas, sendo que no ano de 2023 corresponderam a 81,3% das obras de edificação. Identificam-se sete ARU delimitadas no concelho, o qual visa a qualificação de espaços públicos nos núcleos populacionais mais relevantes do concelho.
Acessibilidade e Transporte	<ul style="list-style-type: none"> A rede rodoviária do concelho de Vila Nova de Paiva é constituída por vias incluídas no Plano Rodoviário Nacional, nomeadamente por estradas nacionais (EN), nomeadamente, EN 329, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento da antiga EN 323) a Queiriga – Sátão – Penalva do Castelo e por consequente à A25/IP5 e EN 323, que liga Vila Nova de Paiva (entroncamento da EN 329) ao concelho de Moimenta da Beira (entroncamento da EN 222); e estradas regionais (ER), nomeadamente ER 225 e ER 329. Em termos de movimentos pendulares, o meio de transporte mais utilizado no concelho de Vila Nova de Paiva, em 2021, é o automóvel motorizado (67,8%), sendo que maioritariamente trata-se de carros particulares (como condutor), seguido de deslocamentos a pé (20,2% da população) e da utilização do autocarro com 6,8% da população. Segundo os dados dos Censos 2021 (INE), verifica-se que em Vila Nova de Paiva a população do concelho mais saem por motivo de trabalho e estudo do que entram no concelho. Os transportes públicos de passageiros em Vila Nova de Paiva é limitado e escasso, o que propicia a população a aderir o transporte particular para locomoções. De acordo com o PAMUS CIM Viseu Dão Lafões (2019), devido a significativa dispersão urbana, o nível de distância ao centro da sede do concelho é intermediário, o que a situação é altamente penalizadora para os transportes coletivos e modos suaves, privilegiando o transporte individual. No que se refere à existência de ciclovias, o concelho de Vila Nova de Paiva já possui em sua malha urbana (na sede do concelho) uma ciclovia implementada, porém ainda a se tratar de um troço avulso, mas com planos de futura extensão (PAMUS CIM Viseu Dão Lafões, 2019:67). Importa destacar que ao nível intermunicipal, identifica-se a ecopista de Dão, o qual atravessa uma pequena parte do território da CIM Viseu Dão Lafões, sendo que a utilização da bicicleta como meio alternativa modal quotidiana ainda é bastante reduzida.

Critério	Questões-Chave
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Em termos de qualidade do ar e emissão de ruído, o PAMUS da CIM Viseu Dão Lafões (2019), ressalta que os concelhos de Vila Nova de Paiva e Aguiar da Beira apresentam as melhores situações ambientais da CIM Viseu Dão Lafões. ▪ Relativamente ao ruído no concelho, o Mapa de Ruído conjugado com a revisão do PDM, identifica a principal fonte de ruído como o tráfego rodoviário, destacando a EN329 e a EN 225, devido o elevado tráfego. Refere-se também a fábrica de granitos, localizada na Zona Industrial de Vila Nova de Paiva como geradora de alterações importantes do nível sonoro médio para a vizinhança.
Infraestruturas e Equipamentos Coletivos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O serviço de abastecimento de água é de responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva, sendo formado por 21 reservatórios, 37 pontos de captação de água (duas superficiais, as restantes subterrâneas), 14 estações elevatórias, e, por fim, 12 estações de tratamento de águas (Relatório de Fundamentação da Proposta da 1.ª revisão do PDM, Município de Vila Nova de Paiva & GeoAtributo, 2025). ▪ Existência de manchas de territórios artificiais (perímetro urbano) sem a cobertura da rede de abastecimento de água e de saneamento no concelho de Vila Nova de Paiva, distribuídos por todo o território. ▪ Referente a acessibilidade física, dados da RASARP 2023 (ERSAR), o concelho de Vila Nova de Pais regista uma taxa de 99% de acessibilidade física, correspondendo a uma qualidade boa do serviço. ▪ Em relação à drenagem e tratamento de águas residuais, a entidade responsável é a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva. Em termos de infraestruturas, é composta por quatro estações elevatórias, 13 fossas sépticas, três poços absorventes, 17 pontos de descarga, e oito estações de tratamento de águas residuais (ETAR), sendo que abrange praticamente todos os núcleos urbanos. ▪ No que concerne aos resíduos urbanos, a entidade gestora responsável pela recolha indiferenciada de resíduos urbanos (do sistema em baixa) no concelho é a Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão (AMRPB). ▪ A rede de contentores do concelho de Vila Nova de Paiva abrange grande parte dos territórios artificializados do concelho, notando-se uma maior concentração nas sedes de freguesia e na sede de concelho, em sintonia com a distribuição da população. ▪ Equipamento social: o concelho de Vila Nova de Paiva conta com diversas valências que prestam apoio a todos os grupos etários, contudo maioritariamente a população idosa, o qual verifica-se que algumas destas encontram-se com taxa de ocupação com 100% ocupadas.

7.2.2. Tendência de Evolução sem Revisão do PDM

Em termos de evolução verificada nos últimos anos, não é previsível a reversão do povoamento disperso, ancorado na rede viária. É, no entanto, previsível o reforço populacional, habitacional e funcional da vila de Vila Nova de Paiva e freguesias mais próximas, contudo verifica-se uma expansão da dinâmica do edificado para outras freguesias o que deve continuar. No entanto, sem a implementação do atual PDM continuar a previsão de decréscimo populacional e funcional na zona norte do concelho. Não estando previsto o encerramento de equipamentos/serviços, prevê-se a manutenção ou melhoria da cobertura concelhia, que é atualmente bastante satisfatória.

No que se refere à acessibilidade e transportes, o crescente número de veículos e de viagens de automóvel, reflexo do aumento do rendimento das famílias e do investimento na melhoria das estradas e vias de comunicação, poderá originar um aumento no uso do automóvel e consequente aumento das emissões de CO₂. De referir, no entanto, que a subida dos preços dos combustíveis e a atual conjuntura económica do país poderá funcionar como desincentivo à utilização do automóvel, funcionando inversamente como incentivo à utilização dos transportes coletivos. No entanto, os transportes coletivos são deficitários no concelho, prevendo-se a manutenção da situação atual, ou mesmo agravamento, caso se verifique o aumento na procura de transportes públicos.

Apesar de dependente da conjuntura, sem plano é previsível a afirmação da predominância do automóvel nas deslocações do concelho de Vila Nova de Paiva, como já se verifica. Contudo, com a diretriz do PAMUS da CIM Viseu Dão Lafões, o município poderá utilizá-lo de forma a desenvolver estratégia de mobilidade urbana mais adequada e eficiente, com o propósito de melhorar a qualidade de vida da população e reduzir a emissão de GEE.

Ao nível dos serviços e infraestruturas, sem a implementação da revisão do PDM, a expansão e requalificação de algumas infraestruturas poderiam não encontrar enquadramento necessário para seu planeamento. Por outro lado, a definição prevista de um regulamento autónomo de incentivos ambientais poderá agilizar ao cumprimento de metas, bem como incentivos ao aumento de população servida com serviços de abastecimento de água e saneamento básico, ainda deficientes no concelho.

Considera-se que a implementação da proposta da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva contribui para uma melhoria das condições de habitabilidade e dos níveis e qualidade dos serviços ambientais; modernização e requalificação das áreas urbanas; aproveitando e estimulando as possibilidades endógenas.

Quadro 6 | Síntese de tendência de evolução do FCD Coesão Territorial da AAE da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva

Critérios	Situação Atual	Evolução	
		Sem a Revisão PDM	Com a Revisão PDM
Ocupação do Solo		-	+
Acessibilidade e Transporte		0	+
Infraestruturas e Equipamentos Coletivos		-	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- Negativa	0 Sem Alteração Significativa	+ Positiva

7.3. FCD GERAÇÃO DE VALOR E IDENTIDADE LOCAL

7.3.1. Situação Atual

No quadro abaixo são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD Geração de Valor e Identidade Local.

Quadro 7 | Questões-chave do FCD | Geração de Valor e Identidade Local

Critério	Questões-Chave
Atividades Económicas	<ul style="list-style-type: none"> Em termos de população empregada por sector de atividade económica, verifica-se que no concelho de Vila Nova de Paiva regista que 66,7% da população se encontrava empregada no sector terciário, em 2021. Seguido do sector secundário com garantindo 23,7% da população empregada. No entanto, no concelho de Vila Nova de Paiva, verifica-se que o sector primário também apresenta alguma importância na empregabilidade, apesar de ser o sector com menor representatividade (9,6%). De acordo com os Censos 2021 (INE), as freguesias de Vila Cova à Coelheira e de Touro, registam as maiores populações empregadas no sector primário (21,5% e 16,9%, respetivamente). Já o sector terciário tem mais representatividade na União das freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas e na freguesia de Pendilhe (75,7% e 72,4%, respetivamente), sendo que a primeira freguesia identificada, é onde se situam a maior parte das infraestruturas, equipamentos e serviços do concelho, e a segunda se beneficia da sua localização junto as vias de comunicação de acesso ao concelho vizinho de Castro Daire (ex.: ER 225), o que justifica a elevada representatividade da população empregada no sector terciário. Referente ao número de empresas entre 2011 e 2022, Vila Nova de Paiva confere o aumento de 40,9%, a registar em 2022 o número de 579 empresas. Ao nível das atividades económicas (CAE Ver. 3), 22,3% das empresas no concelho correspondiam as atividades de "Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca", seguido por empresas do ramo de "comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos" (19,7%) e "construção" (11,1%). No que diz respeito a ocupação agrícola do concelho de Vila Nova de Paiva, segundo a COS 2018, apresenta o predomínio das "culturas temporárias de sequeiro e regadio", que correspondem a cerca de 82% das áreas agrícolas (equivalente a 11,2% do território concelhio). Segue-se a "agricultura com espaços naturais e seminaturais", correspondendo a cerca de 15% das áreas agrícolas (equivalente a 2% do território concelhio) e que se localizam sobretudo junto da serra da Nave. Os terrenos agrícolas no concelho de Vila Nova de Paiva são estreitos devido os declives, e a fertilidade provém da abundante água. A aptidão para as culturas de regadio explica a expansão das culturas arvenses: seara, feijoad, horta e batata, a cotas já que comprometem a existência da videira e oliveira. O milho é a cultura dominante, seguida do centeio. Importa ainda referir que no concelho apresenta um regadio tradicional, denominado por Póvoa, que se localiza na freguesia de Touro e que possui uma área regada de 32ha e 90 beneficiários. Já a mancha florestal é dominada pelo pinheiro, do qual em Fráguas se extrai resina, e ponteadas de castanheiros e carvalhas, de rendimento pouco expressivo. A execução de planos de reflorestação e regadio, protegendo os ecossistemas locais ao largo das linhas de água e lameiros, vem beneficiar a agropecuária. A criação do bovino de raça paivota chegou a associar-se a desaparecidas produções manteigueira e de queijeira. Ainda, prevalece a pastorícia de gado ovino e caprino e a produção avícola, também a apicultura

Critério	Questões-Chave
	<p>conhece-se pela sua qualidade.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Destaca-se que a atividade de avicultura tem ganho relevância no território concelhio, sendo um dos concelhos que mais produz aves do Distrito de Viseu, sendo uma tendência no futuro que a produção aumente. ▪ Relativamente ao volume de negócios das empresas, no ano de 2022 a atividade de “Indústrias transformadoras” regista um peso de 38,2% (38.595.888 €) do volume de negócios do concelho de Vila Nova de Paiva; seguido do “Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos” com um peso de 31,3% (31.609.849€) e “Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio” e “Construção”, ambos com peso de 7,2% (7233235€ e 7246703€, respetivamente). ▪ Destaca-se que a Área Industrial de Vila Nova de Paiva encontra-se localizada em área que atualmente é delimitada como Rede Natura 2000, o qual provavelmente na implantação desta não devem ter sido considerados a conservação de valores naturais.
Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> ▪ De acordo com a Património Cultural I.P. (2025), encontram-se identificados no concelho de Vila Nova de Paiva sete imóveis classificados (dois Monumentos Nacionais, cinco imóveis de Interesse Público) e três em vias de classificação. ▪ O património arquitetónico do concelho apresenta elementos arquitetónicos de destaque, que constituem testemunhos da história e tradição de Vila Nova de Paiva, sendo a grande maioria destes correspondente a elementos religiosos, de onde se destaca a Igreja Paroquial de Vila Nova de Paiva e outros elementos como as igrejas matrizes de Touro, Vila Cova à Coelheira, de Pendilhe, de Fráguas, de Queiriga e de Alhais, e um número considerável de capelas. ▪ O património arqueológico representa uma mensagem viva das comunidades desaparecidas no tempo, e como tal, a inserção dos valores arqueológicos, como herança cultural, é essencial no âmbito do ordenamento do território. Exemplos: Orca de Porto Lamoso, Castro de Vila Cova à Coelheira (povoado), Outeiro das Medidas (santuário rupestre) e Igreja Matriz de Vila Cova à Coelheira (necrópole medieval).
Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O concelho de Vila Nova de Paiva dispõe de uma variedade de produtos turísticos, nomeadamente ao nível do património natural (ambiente e recursos naturais), edificado (arqueológico, arquitetónico e museus) e gastronómico. ▪ Quando analisamos a oferta turística, em 2026, no concelho de Vila Nova de Paiva não existem empreendimentos turísticos. ▪ Em relação ao alojamento local, existem no concelho de Vila Nova de Paiva um total de 14 unidades de alojamento local, sendo 11 moradias, dois estabelecimentos de hospedagem e um quarto, registando capacidade total para 125 utentes com 55 quartos. ▪ Diante destes resultados, pode-se verificar que o concelho de Vila Nova de Paiva tem verificado uma relevante influência do setor turístico, como na geração de postos de trabalho, na atividade económica de “alojamentos, restauração e similares”, ainda diante dos indicadores de turismo o aumento considerável de procura ao concelho.

7.3.2. Tendência de Evolução sem Revisão do PDM

O modelo de desenvolvimento económico do concelho de Vila Nova de Paiva é centrado em determinadas atividades económicas como o comércio, a agricultura, a construção e o turismo, e setor da indústria transformadora, que tem impulsionado o crescimento concelhio e diversificado a economia. A ausência da implementação da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva dificulta o processo de revitalização e expansão da

economia local, além de não introduzir no modelo económico maior intensidade de conhecimento e de rejuvenescer a capacidade empresarial endógena.

Além disso, o património cultural iria continuar a ser tratado de uma forma restritiva e estática, resumindo-se à identificação dos imóveis, por vezes ilegível, devido a uma cartografia com alguns anos de existência, sem meios informáticos. No caso do património arqueológico, a 1.ª revisão do PDM foi uma mais valia pois permitiu a atualização do levantamento dos sítios arqueológicos, e o município dispor de um conjunto alargado de informações.

Já as componentes associadas ao turismo, na ausência da implementação da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, pode apresentar uma evolução não planeada. Apesar das grandes potencialidades turísticas que Vila Nova de Paiva possui, especialmente aproveitar de sua ruralidade, a sua imensa natureza e todo um património cultural, etnográfico, edificado, religioso e de tradições. Desta forma, deve-se continuar a investir e promover a identidade local, principalmente no setor turístico.

Quadro 8 | Síntese de tendência de evolução do FCD Geração de Valor e Identidade Local da AAE da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva

Critérios	Situação Atual	Evolução	
		Sem a Revisão PDM	Com a Revisão PDM
Atividades Económicas		-	+
Património Cultural		0	+
Turismo		-	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- Negativa	0 Sem Alteração Significativa	+ Positiva

7.4. FCD Riscos

7.4.1. Situação Atual

No quadro abaixo são apresentadas as questões-chave referentes a situação atual do FCD Riscos.

Quadro 9 | Questões-chave do FCD | Riscos

Critério	Questões-Chave
Riscos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> O risco de cheias e inundações em Vila Nova de Paiva, destaca-se ao longo dos principais cursos de água, nomeadamente do rio Paiva (na freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e

Critério	Questões-Chave
	<p>Fráguas), o rio Vouga (Queiriga), o rio Mau (Pendilhe) e o rio Côvo (Touro e Vila Cova à Coelheira), bem como ao longo do Ribeiro do Rebentão (Queiriga) e da Ribeira das Mouriscas (Vila Cova à Coelheira).</p> <ul style="list-style-type: none"> Referente ao risco de áreas com instabilidade de vertentes, as áreas com maiores suscetibilidades concentram-se nas vertentes com maiores declives dos principais cursos de água, nomeadamente na parte central do concelho, ao longo do rio Côvo (entre a Senhora Alvagueira e a confluência com o rio Paiva), do rio Paiva (entre Fráguas e o limite do concelho a oeste), e da ribeira da Lapa; na parte noroeste do concelho, ao longo das encostas do rio Mau e na parte sul do concelho, nas vertentes expostas a sudeste (Monte das Antas) e ao longo do rio Vouga. Às alterações climáticas que ocorrem atualmente na Terra, acrescem alterações causadas por diversas atividades humanas que emitem para a atmosfera, significativas quantidades de gases com efeito de estufa. Assim, o concelho conta com o Plano Municipal de Ação Climática (2025) e o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (PIAAC) Viseu Dão Lafões (CIM Viseu Dão Lafões, 2017),
Riscos Mistos	<ul style="list-style-type: none"> O risco de incêndio rural, é um dos elementos a ter em consideração ao nível do planeamento municipal, nomeadamente do uso do solo e à compatibilização dos mesmos. As áreas do concelho que apresentam maior perigosidade (alta e muito alta) ao risco de incêndio rural, correspondem aos locais de maiores declives e cuja ocupação do solo e que conjuntamente, encontram-se ocupados por matos e floresta. A análise do histórico da área ardida e do número de ocorrências tem por base os dados do PMDFCI de Vila Nova de Paiva 2022-2031, entre os anos de 2010 e 2020, o qual registaram, em média, 75 ocorrências por ano e uma área ardida anual média de 331,16ha. A freguesia mais afetada em número de ocorrências foi a freguesia de Vila Cova à Coelheira, com um número de 270 ocorrências, tendo uma área de 644,71ha, já a freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas é a mais afetada, no que toca à área ardida com 1.231,53ha, tendo 161 ocorrências. O PMDFCI de Vila Nova de Paiva ressalta a necessidade de melhorias tanto na prevenção e mitigação do risco quanto no combate aos incêndios, não podendo ser atribuídas as ocorrências somente a condições meteorológicas desfavoráveis, mas também a outros fatores como o coberto vegetal consumido ou a acessibilidade ao local dos incêndios em cada caso específico. A Portaria n.º 1056/2004, de 19 de agosto, identifica que todas as freguesias do concelho de Vila Nova de Paiva estão enquadradas na denominada Zona Crítica de Dão-Lafões, onde se reconhece ser prioritária a aplicação de medidas mais rigorosas de defesa da floresta contra incêndios. Nesta zona crítica estão incluídos os dois perímetros florestais (PF) que integram o concelho, nomeadamente o da Serra de São Miguel e São Lourenço; e o da Serra de Leomil.
Riscos Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> Atualmente os acidentes rodoviários constituem uma importante preocupação ao nível dos riscos tecnológicos. Quanto aos acidentes rodoviários, a suscetibilidade é mais elevada nas ER 225, EN 323 e a EN 329 (principais estradas do concelho), algumas estradas municipais localizadas na freguesia de Touro (fator da morfologia) e na freguesia de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas (fator da densidade populacional). Os incêndios urbanos e industriais, concentram-se nos aglomerados com maior densidade populacional de Vila Nova de Paiva, sendo que se distribui por todas as freguesias, sendo que se destacam as seguintes localidades: Cerdeira e Vila Cova à Coelheira; Vila Nova de Paiva e Fráguas; Lousadela e Queiriga; Touro, Póvoa e Adomingueiros; e Pendilhe. Quanto aos acidentes e incêndios industriais, apesar da existência de um posto de

Critério	Questões-Chave
	armazenamento de combustível no concelho de Vila Nova de Paiva, não existem instalações SEVESO (Decreto-Lei n.º 150/2015, 5 de agosto), nem atividades de prevenção e controlo integrados da poluição condicionadas à obtenção de licença ambiental.

7.4.2. Tendência de Evolução sem Revisão do PDM

Diante da atual situação na área de intervenção do Plano relativamente aos riscos naturais e tecnológicos, prevê-se que sem a implementação da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva se mantenha uma tendência negativa no que respeita às ameaças identificadas.

Em síntese, a tendência de evolução das componentes associadas às vulnerabilidades e riscos identificados se apresente tendencialmente negativa pois manter-se-ão as condições para a concretização das principais ameaças identificadas nos elementos caracterização e diagnóstico da área de intervenção.

Quadro 10 | Síntese de tendência de evolução do FCD Riscos da AAE da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva

Critérios	Situação Atual	Evolução	
		Sem a Revisão PDM	Com a Revisão PDM
Riscos Naturais		-	+
Riscos Mistos		0	+
Riscos Tecnológicos		0	+

DISTÂNCIA À SITUAÇÃO DESEJÁVEL	DISTANTE	PRÓXIMO	MUITO PRÓXIMO
TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO	- Negativa	0 Sem Alteração Significativa	+ Positiva

8. QUAIS AS PRINCIPAIS OPORTUNIDADES E RISCOS A UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Em conformidade com a alínea e) do n.º 1 do artigo 6.º da RJAAE (Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), o RA da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva apresenta uma síntese dos eventuais efeitos significativos no ambiente, considerando os FCD e objetivos estratégicos estabelecidos.

Quadro 11 | Síntese dos principais efeitos positivos e negativos, por FCD

FCD	Efeitos	
	Positivo	Negativo
Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a preservação e conservação de áreas sensíveis e salvaguardadas pela Rede Natura 2000, conforme demonstrado no Relatório de Conformidade da proposta com a Rede Natura 2000. Revisão da delimitação da REN e RAN. Adequação da proposta às normas regulamentares relativas à preservação de espécies florestais autóctones. Inclusão dos aproveitamentos hidroagrícolas na Planta de Condicionantes I – Condicionantes Gerais. Implantação da Estrutura Ecológica Municipal, enquanto instrumento que promove a continuidade dos espaços verdes. Permite a preservação dos recursos hídricos, visando melhorar o seu estado de qualidade. Expansão de zona industrial em área sem a presença de habitats naturais e seminaturais. Zonas de infiltração máxima, identificadas na Planta de Ordenamento II – Salvaguarda, de forma a salvaguardar a qualidade de recursos hídricos subterrâneos. 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de pressão nos ecossistemas mais sensíveis, como em habitats naturais e seminaturais, decorrentes da proximidade de zonas urbanas junto dos principais cursos de água que atravessam o concelho. Existência de proposta de áreas edificáveis em área afetas ao regime florestal; Falta de estratégia para a recuperação de regadios tradicionais.
Coesão Territorial	<ul style="list-style-type: none"> Adaptação e articulação do PDM ao regime legal em vigor. Potencia a localização estratégica de Vila Nova de Paiva no semicírculo suburbano de Viseu. Consolidação das áreas urbanas e o policentrismo, controlando assim a dispersão urbana. Disponibilidade de novas áreas para serviços e infraestruturas a todo o concelho, promovendo a equidade no seu acesso. Definição dos aglomerados rurais e áreas de edificação dispersa, de modo a articular as funções habitacionais e de desenvolvimento rural e dotá-los de um papel concorrente no crescimento, no equilíbrio e na coesão territorial. Investimento de reabilitação urbana. Programação para a execução de novas vias locais e abertura de frentes urbanas. Identificadas captações de água subterrâneas para consumo humano e um raio de 60m como 	<ul style="list-style-type: none"> Aumento de pressão nos ecossistemas mais sensíveis. Pouca oferta de transportes públicos, favorecendo o uso dos automóveis particulares. A ausência da delimitação oficial do perímetro de proteção das captações de água subterrânea para consumo humano existentes no concelho. Contributo para o aumento da emissão de GEE, através do aumento do uso de automóvel.

FCD	Efeitos	
	Positivo	Negativo
	zona de proteção imediata.	
Geração de Valor e Identidade Local	<ul style="list-style-type: none"> Expansão da zona industrial na continuidade da existente, não se propondo novos espaços destinados à implantação de estabelecimentos industriais. Promoção do Parque Botânico Arbutus do Demo, e regulamentação específica para este. Delimitação da categoria de espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos, de modo a abranger as áreas já ocupadas e onde deverá ser potenciado as energias renováveis. Promoção e valorização do património paisagístico e cultural que atrai investimentos. Aposta crescente no património arqueológico, devido à presença de um conjunto de monumentos megalíticos. 	<ul style="list-style-type: none"> Expansão da área industrial de Vila Nova de Paiva em área de Rede Natura 2000. Desenvolvimento de atividades económicas junto a zonas habitacionais. Impactes ambientais quanto a geração de energias renováveis.
Riscos	<ul style="list-style-type: none"> A definição de áreas de risco permite uma adequada definição dos perímetros urbanos e a salvaguarda das áreas de risco, contribuindo para a segurança de pessoas e bens. Contribuir para a prevenção de riscos, através da delimitação da REN e da EEM, segundo as orientações nacionais e estratégicas mais recentes. Aumento da capacidade de adaptação do sistema biofísico às alterações climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de áreas edificáveis em áreas de risco, como é caso da proximidade a áreas com perigosidade de incêndio rural.

9. QUAIS AS RECOMENDAÇÕES DEVEM SER SEGUIDAS?

As recomendações que agora se apresentam pretendem, aproveitar ao máximo as oportunidades identificadas no âmbito de cada FCD e, tanto quanto possível, reduzir as eventuais ameaças que poderão surgir com a aplicabilidade da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva.

FCD 1 | Recursos Naturais

1. Promover ações de sensibilização que visem a adoção de atitudes e comportamentos ambientalmente adequados, tendo em vista a preservação e valorização da floresta e valorização paisagística;
2. Promover intervenções de valorização das áreas ribeirinhas, em especial ao longo da ZEC Rio Paiva;
3. Definir e gerir algumas restrições nos acessos e usos das margens e zonas envolventes dos cursos de água onde irão desenvolver ações de valorização e recuperação, de modo a que a pressão do aumento turístico não pressione na utilização dos recursos hídricos;
4. Implementar uma rede de percursos pedonais e estabelecer com os municípios vizinhos uma estratégia de valorização da biodiversidade, da paisagem potenciando o turismo na região;
5. Promover ações de florestação/reflorestação das áreas ardidas, visando a reposição do coberto vegetal com espécies autóctones ou com espécies adaptadas às características edafoclimáticas, seguindo as orientações do PMDFCI;
6. Delinear estratégia para a recuperação dos regadios tradicionais que apresentam um estado de degradação considerável, sendo necessário obras de reabilitação com vista à redução das perdas de água, à melhoria da eficiência do seu uso; à melhoria das condições de vida.

FCD 2 | Coesão Territorial

1. Fomento da centralidade e a nuclearização das áreas urbanas nomeadamente através do reforço de serviços/comércio de proximidade, agilização de licenciamento e eventual discriminação positiva a nível de taxas urbanísticas;
2. Criação de mecanismos de incentivo (por exemplo, redução das taxas municipais) à recuperação do património edificado existente em detrimento de novas construções;
3. Potenciar a criação de novas vias pedonais e de ciclovias, de forma a aumentar a mobilidade concelhia através de modos suaves e contribuir para o desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental;
4. Adotar medidas de melhoria das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada na via pública, nos acessos e edifícios habitacionais e públicos, bem como, em passeios, espaços de recreio e lazer, discriminados em legislação específica;
5. Introduzir tecnologias de energia renovável na iluminação pública, bem como introduzir medidas de racionalização energética em edifícios de administração pública;

6. Reforço dos sistemas multimunicipais para uma melhor gestão das redes de saneamento, tratamento e valorização de resíduos urbanos.
7. Monitorizar a capacidade de oferta e tipologias de equipamentos sociais face às necessidades e características da população abrangida.

FCD 3 | Geração de Valor e Identidade Local

1. Criar benefícios fiscais ou financeiros a nível municipal, de modo a atrair e a premiar o tecido empresarial que sigam modelos de boas práticas;
2. Promover a implementação de sistemas de gestão ambiental nas atividades industriais, nomeadamente através do desenvolvimento e implementação de um programa municipal de certificação ambiental;
3. Promover o recurso a práticas de regadio que promovam o uso eficiente da água e a remodelação das infraestruturas de rega para diminuição das perdas, incluindo a sua modernização com implementação de métodos e sistemas de rega mais eficientes;
4. Incentivar recursos de financiamento para introdução de novas economias rurais e novas oportunidades emergentes, inovadoras e sustentáveis;
5. Potenciar a criação de empresas relacionadas com touring cultural, animação cultural, etc, bem como promover ações de marketing com o objetivo de atração e acolhimento empresarial no setor do turismo em espaço rural;
6. Manter o inventário do património arqueológico e arquitetónico atualizado, de forma a perceber a evolução do estado de conservação dos mesmos, e, promover o conhecimento através de projetos de investigação e ações de divulgação.

FCD 4 | Riscos

1. Gerir o coberto florestal do concelho através ações de limpeza e plantação planeada (preferencialmente, utilizando espécies autóctones), bem como potenciar a plantação de vegetação nas zonas de maior declive para reduzir o risco de erosão;
2. Incentivar os privados a cumprirem com as regras estabelecidas no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, como é o caso da limpeza dos terrenos e a criação da faixa de gestão de combustível;
3. Incluir nos processos de licenciamento, e sempre que considerado pertinente, a necessidade de análise de vulnerabilidades aos riscos;
4. Manter a identificação e monitorização das áreas suscetíveis aos riscos analisados, assim como designar medidas de mitigação e adaptação do território concelhio quanto às alterações climáticas;
5. Promover a eficiência energética dos edifícios, e a emissão de certificados energéticos para projetos de reabilitação de edifícios.

10. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO?

Ao longo da implementação da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva é essencial realizar um acompanhamento, pois só assim é permitido, não só controlar e avaliar a sua execução e os seus efeitos ao nível da sua sustentabilidade ambiental, como também avaliar atempadamente as consequências decorrentes de alterações na conjuntura global. O processo de monitorização ambiental e territorial deve:

- Acompanhar a evolução da execução do plano;
- Permitir a avaliação do grau de eficiência e eficácia das orientações definidas no âmbito da AAE para um processo de decisão ambientalmente sustentável;
- Permitir a identificação de efeitos e riscos imprevistos que eventualmente surjam no decorrer de mudanças circunstanciais e que impliquem a alteração de algumas considerações elaboradas em sede da AAE.

A monitorização será desenvolvida por recurso à utilização de indicadores específicos, identificados no âmbito da AAE, e associados a cada FCD, permitindo avaliar o desempenho ambiental da revisão do PDM de Vila Nova de Paiva com base na informação a recolher ao nível das intervenções previstas. O conjunto de indicadores que se apresentam deverão ser aferidos e validados previamente à implementação do plano em causa, de maneira a assegurar a sua exequibilidade e maximizar a sua eficácia na identificação e resolução atempada de eventuais situações de conflito.

Os resultados da monitorização deverão ser remetidos à APA, com uma periodicidade anual, devendo, simultaneamente, proceder-se à sua divulgação.

Quadro 12 | Indicadores de seguimento e monitorização ambiental da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva

FCD	Indicador (Unidade)	Valor de Referência	Periodicidade	Fonte de Informação	Meta
Recursos Naturais	Pedidos de desanexação da RAN e REN (ha e N.º)	s/d	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva	Nula
	Massas de água superficiais e subterrâneas em estado global bom ou superior (%)	50%	Quinquenal	APA (SNIAmb)	100% das massas de água com estado global bom ou superior
	Área de povoamentos florestais reconvertidas com espécies autóctones	s/d	Quinquenal	DGT / ICNF, I.P	Aumentar
	Edifícios expostos a níveis de ruído superiores aos limites legais (inseridos em zonas de conflito) ¹	192	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	Redução
Coesão Territorial	Edifícios licenciados para construção nova e para ampliação, alteração ou reconstrução (N.º)	Nova: 13 Ampliação, alteração ou reconstrução: 7 (2024)	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva / INE	Aumentar a regeneração e reconstrução de edifícios
	Execução da área de expansão da Vila (%)	s/d	Quinquenal	C.M. Vila Nova de Paiva	100%
	Execução das vias programadas (%)	s/d	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	100%
	Adesão ao serviço aos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento (%)	AA – 83,4% AR – 70% (2022)	Anual	ERSAR	PENSAARP 2030 –2026 de para 2030 de 95%
	Acessibilidade física aos sistemas públicos de abastecimento de água e saneamento (%)	AA – 99% AR – 98% (2022)	Anual	ERSAR	PENSAARP 2030 – AA para 2026 e 2030 de 80% AR - 2026 e 2030 deverá ser de 70%

¹ Interseção entre o edificado da cartografia de base e as zonas de conflito definidas na Planta de Ordenamento II – Salvaguardas.

FCD	Indicador (Unidade)	Valor de Referência	Periodicidade	Fonte de Informação	Meta
	Perdas reais de água na rede pública [l/(ramal.dia)]	s/d	Anual	ERSAR	Inferior a 100 l/(ramal.dia)
	Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem (%)	10,7% (2023)	Anual	INE	Aumentar
Geração de Valor e Identidade Local	Empresas instaladas no concelho (N.º)	579 (2022)	Anual	INE	Aumentar
	Taxa de execução das áreas propostas à instalação de atividades económicas (%)	s/d	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva	80%
	Empreendimentos turísticos e alojamentos locais (N.º)	Empreendimentos Turísticos: 0 Alojamentos Local: 14	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva / Turismo Portugal	Ofertas com maior qualidade (4*)
	Imóveis/conjuntos classificados e em vias de classificação (N.º)	Classificado – 7 Em vias de classificação – 3 (2025)	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva / Património Cultural, I.P.	Terminar a classificação dos imóveis em vias de classificação
	Atividades de promoção e valorização do património cultural (N.º)	s/d	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	Aumentar
Riscos	Edifícios em áreas suscetíveis a risco de inundação (N.º)	53 ²	Anual	C.M. Vila Nova de Paiva	--
	Área ardida e ocorrências de incêndios rurais (ha e N.º)	41,04ha / 28 (PMDFCI, 2020)	Anual	ICNF, I.P	Reduzir
	Ocorrências de incêndios e acidentes industriais (N.º)	s/d	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	Reduzir
	Ocorrências de incêndios urbanos (N.º)	s/d	Bienal	C.M. Vila Nova de Paiva	Reduzir
	Ações de promoção da eficiência energética e da utilização de energias renováveis	s/d	Quinquenal	C.M. Vila Nova de Paiva	Aumentar

² Interseção entre o edificado da cartografia de base e as zonas ameaçadas por cheias da REN.

FCD	Indicador (Unidade)	Valor de Referência	Periodicidade	Fonte de Informação	Meta
	Medidas de mitigação e adaptação para as alterações climáticas implementadas no âmbito do PMAC (N.º)	s/d	Quinquenal	C.M. Vila Nova de Paiva	100% das medidas do PMAC

11. QUAIS AS PRINCIPAIS CONCLUSÕES?

O processo da AAE foi elaborado de forma a fornecer um quadro de análise estratégica das oportunidades que podem ser valorizadas e das ameaças que será necessário acautelar com o PDM de Vila Nova de Paiva, com o intuito de garantir a sustentabilidade ambiental e territorial do concelho. Assim, e numa análise por FCD, apresentam-se resumidamente as principais considerações.

FCD | RECURSOS NATURAIS

A implementação do PDM de Vila Nova de Paiva resultará em implicações positivas sobre a proteção do ambiente e potencia suas paisagens naturais, sendo a promoção e a conservação da natureza e biodiversidade fator essencial a revisão do Plano. No que se refere a proteção dos recursos naturais, nomeadamente através do ordenamento dos usos do solo, para além da proteção e valorização das espécies presentes e habitats onde se inserem, permite à população usufruir dos benefícios prestados pelos serviços dos ecossistemas.

Do ponto de vista da proteção e valorização dos recursos naturais a presente proposta pretende agir ao nível da implementação da categoria de espaços naturais e paisagísticos, que integram o principal património natural mais sensível, os espaços florestais de conservação, assim como a implementação dos instrumentos como a reserva ecológica nacional, reserva agrícola nacional e estrutura ecológica municipal, o qual todos conjuntamente implementam medidas de conservação da biodiversidade e dos ecossistemas locais.

Aspeto importante na 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva foi a elaboração do Relatório de Conformidade da proposta com a Rede Natura 2000, o qual identificou a existência de habitats naturais e seminaturais no território, permitindo verificar que, na área de expansão da zona industrial de Vila Nova de Paiva, não existem habitats naturais e seminaturais. Tal facto possibilita propor a exclusão da cartografia destes e a expansão da área sem prejudicar as áreas sensíveis (habitats).

Outro importante ponto é a nova delimitação da reserva ecológica nacional e reserva agrícola nacional do concelho, que juntamente com o processo da 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva está a ser revista, visando acompanhar as alterações do território e salvaguardar estas áreas, influenciando no uso e ocupação do solo do concelho.

Desta forma, considera-se que a questão ambiental está salvaguardada, contudo percebe-se uma grande pressão urbanística e económica sobre estas áreas, o que merece atenção o qual influencia diretamente uma grande densidade de pessoas e bens materiais localizados, principalmente em áreas vulneráveis a riscos. Assim, nota-se a importância da REN e da EEM para o papel de conservação da biodiversidade local, mas também de salvaguardar o território concelhio diante de riscos e consequências das alterações climáticas.

Ao nível de recursos hídricos, verifica-se que a atualização da REN, auxilia na manutenção, proteção e melhora da qualidade da água, assim como a identificação de áreas de zonas de infiltração máxima na Planta de Ordenamento – Salvaguardas, o que salvaguarda a qualidade de recursos hídricos subterrâneos.

FCD | COESÃO TERRITORIAL

Em termos de ocupação do solo, a proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva, pretende-se reforçar a coesão territorial e promover a reabilitação e regeneração urbana, sendo que a proposta de revisão se apoia na colmatação da estrutura urbana, qualificação, reabilitação e regeneração de espaços urbanos. A proposta visa centrar esforços em investimentos estratégicos para o crescimento do concelho, a fim de conter a dispersão urbana e consolidar as áreas existentes através de melhorar acessibilidade e serviços.

A proposta do PDM de Vila Nova de Paiva apresenta intervenções a nível da rede viária, o qual visa a melhoria da rede viária municipal. Contudo, a proposta não apresenta estratégias com implicações no reforço da rede de transportes coletivos no concelho para além dos serviços já regulares, uma vez que o PDM não trata diretamente desta estratégia. Contudo, ressalta-se que a atual rede de transportes coletivos em Vila Nova de Paiva não possibilita a utilização dos serviços coletivos para além do usual, não promovendo a redução da utilização do transporte individual, e por consequência, aumento no tráfego rodoviário e emissão de poluentes para a atmosfera.

A proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva ao nível das infraestruturas básicas, tendo em conta que à totalidade da população atual servida pelos sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais cumprem as metas nacionais, contudo ainda havendo aspetos a serem melhorados, assim o Programa de Execução e Financiamento apresenta ações/intervenções de forma a melhorar os serviços básicos.

Em termos da rede de equipamentos, a 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva apresenta categorias de solos para a instalações de equipamentos, que visam melhorar a acessibilidade da população aos serviços, também a utilizar de outros instrumentos de planeamento, como as Operações de Requalificação Urbana (ORU).

FCD | GERAÇÃO DE VALOR E IDENTIDADE LOCAL

Respetivamente ao desafio de promover o reforço da competitividade e promoção do desenvolvimento económico, a diversificação da base económica é fundamental para alcançar um crescimento económico sustentável e para o desenvolvimento territorial do concelho, em relação com as demais componentes funcionais do modelo de ordenamento, é um importante fator para a autonomia e capacidade de atração do concelho.

A proposta da 1.ª revisão do PDM de Vila Nova de Paiva prevê a expansão da principal zona industrial do concelho, o que promove a intensificação dos esforços nesta área em específico, o que possibilita o dinamismo da base económica e atratividade de novas empresas.

Em termos dos espaços de atividades económicas, considera-se que os usos complementares e compatíveis com a categoria são adequados, já que os mesmos correspondem a áreas que se destinam preferencialmente ao acolhimento de atividades económicas com especiais necessidades de afetação e organização do espaço urbano, como é o caso da indústria, armazenagem, logística, comércio e serviços (artigo 25.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto). Contudo, verifica-se a permissibilidade excessiva de atividades económicas em áreas que deveriam ter mais cautela, como no caso dos espaços habitacionais.

O setor primário, mesmo que sendo atualmente de menor peso na geração de emprego, demonstra a identidade local e com grande potencial de expansão, com relevantes investimentos sendo projetados para estas atividades.

Não obstante os efeitos positivos identificados e os pontos menos positivos, foi apresentado no âmbito deste FCD um conjunto de recomendações que surgiram essencialmente com o objetivo de reforçar e colmatar algumas opções do modelo proposto.

FCD | RISCOS

Em termos gerais, a 1.^a revisão do PDM de Vila Nova de Paiva salvaguarda as questões cruciais relativas a este fator de sustentabilidade, perspetivando através das suas opções estratégicas concretizadas em objetivos e ações, uma evolução positiva ao nível dos sistemas de prevenção e minimização dos riscos a fenómenos naturais (riscos naturais), bem como associados às alterações climáticas.

Importa destacar que no âmbito dos riscos, os riscos naturais no concelho estão associados a cheias e inundações e áreas de instabilidade de vertente; e quanto ao risco misto, verifica-se uma extensa área com muito alta suscetibilidade ao risco de incêndio, o que demonstra a necessidade de executar ações que minimizem a possibilidade da ocorrência do risco.

Destaca-se a importância da articulação dos instrumentos territoriais com medidas de mitigação e prevenção das disfunções ambientais identificadas no território concelhio, o que possibilita a continuação das atividades económicas e culturais através de boas práticas na execução das atividades.